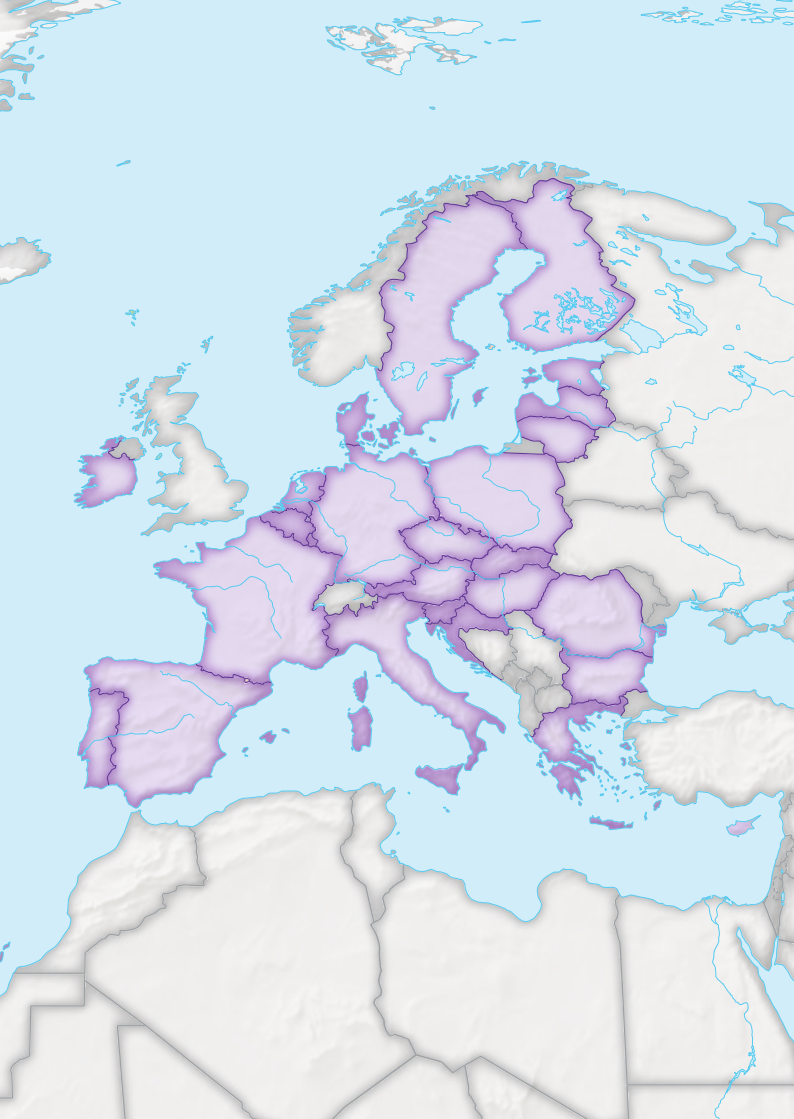


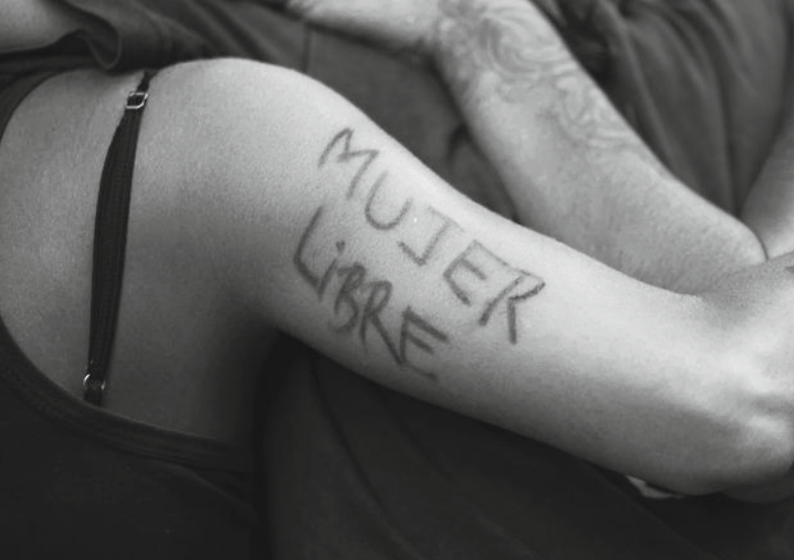


IMPACTOS DO ACORDO **MERCOSUL-UNIÃO** **EUROPEIA** SOBRE AS **MULHERES**

Precarização, Perda de emprego, Pobreza







IMPACTOS DO ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA SOBRE AS MULHERES

Precarização, Perda de emprego, Pobreza

Power
Shift



Esta publicação é um projeto conjunto de PowerShift eV., Instituto EQUIT, Rede Brasileira Pela Integração dos Povos do Brasil e ATTAC Argentina. Grande parte da informação aqui apresentada baseia-se num estudo com o mesmo título realizado por economistas da Argentina e do Brasil, também elaborado no âmbito deste projeto.

Nota de impressão

Publicado por

PowerShift e.V.

Greifswalder Str. 4
10405 Berlin
Germany

REBRIP

Rua Barão de Itapetininga, 163
01042-001 São Paulo
Brasilien

ATTAC Argentinien

Montevideo 31, 2º piso
Ciudad Autónoma de Buenos Aires
Argentinien

Instituto Equit

Rua da Lapa, 180, salas 908/909
Centro Rio de Janeiro – RJ – Brasil
20021-180

Co-Publicadores

Anders Handeln Österreich, Asamblea Argentina Mejor sin TLC,
ATTAC Deutschland, ATTAC Österreich, FIAN Deutschland,
Naturfreunde Deutschland, Plataforma América Latina Mejor sin
TLC, Transnational Institute

Autoras

Vanessa Dourado, Bettina Müller, Graciela Rodriguez

Redação

Estudio Argentina: Luciana Ghiotto, Lucía Vicente, Pato Laterra,
Agostina Costantino, Maria Julia Eliossoff.

Estúdio Brasil: Isabela Callegari, Kethelyn Ferreira, Margarita
Olivera, Marta Castilho, Rubia C. Wegner, Viviane Braga.

Tradução para o português: Lucía Santalices

Diseño

Layout e edição de imagens: Chris Freeman / conductdesign.com
Imagem da capa: Mauricio Tarducci

Berlin, Buenos Aires, Rio de Janeiro, novembro de 2023

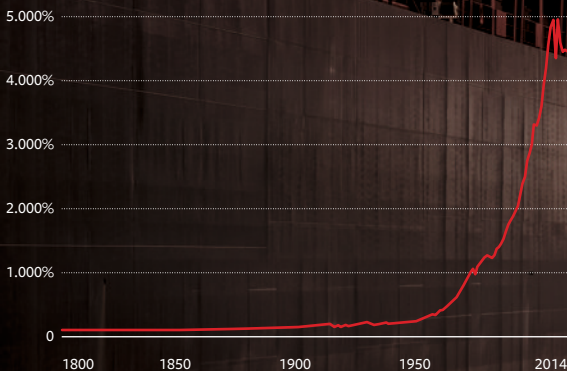
Responsável pela lei de imprensa

PowerShift e.V. – <https://power-shift.de> | peter.fuchs@power-shift.de

Conteúdo

- 1 À maneira de introdução**
- 2 Informações gerais sobre o Acordo de Associação UE-Mercosul
- 9 Acordos de livre comércio vs. igualdade de gênero**
- 15 Desigualdade de gênero no Mercosul e na UE**
- 17 O Acordo UE-Mercosul e suas consequências para as mulheres**
- 18 Perda de empregos e precarização das condições de trabalho
- 19 Consequências:
- 21 Cortes nos serviços públicos
- 26 Mais trabalho doméstico e de cuidados em piores condições
- 29 Abastecimento de alimentos e ameaça à soberania alimentar
- 33 Degradação ambiental e suas consequências para as mulheres
- 36 Igualdade de gênero? Não com o acordo UE-Mercosul**
- 40 Fontes bibliográficas**

Figura 1: Crescimento das exportações globais desde o início do século XIX*



* Índice baseado no ano de 1913

Fonte: Our World in Data, 2016¹

À maneira de introdução

Com a expansão do modelo econômico neoliberal desde a década de 1980, assistimos a um crescimento exponencial do comércio internacional como um dos principais motores da chamada globalização.

Os princípios do livre comércio que regem as relações comerciais entre os países têm a sua origem no mundo colonial dos séculos XVII e XVIII, quando os países da América Latina, África e Ásia foram empurrados para a produção de produtos primários – especialmente produtos agropecuários e minerais – enquanto os países enriquecidos pela pilhagem colonial (principalmente da Europa) tornaram-se potências industrializadas e também detentores dos avanços tecnológicos.

Essa desigualdade permanece até hoje e continua a ser reproduzida pelas estruturas desiguais e injustas do comércio internacional. Estas também têm um impacto negativo no aprofundamento das desigualdades de gênero. O acordo de livre comércio negociado pela União Europeia e pelo Mercosul poderá agravar esta situação.

Informações gerais sobre o Acordo de Associação UE-Mercosul

O Acordo de Associação entre a UE e o Mercosul

Desde 2000, a União Europeia e o Mercosul estão negociando um Acordo de Associação (AA) para fortalecer o comércio e a cooperação. O AA consta de diferentes partes: um acordo comercial, uma parte sobre cooperação política e outra sobre diálogo.

Em junho de 2019, as partes chegaram a um acordo político. Desde então vêm tentando fechar os últimos pontos de conflito, como por exemplo, uma maior proteção das florestas nativas e do clima. Em setembro de 2023, o presidente brasileiro Lula da Silva disse: “Temos que chegar a um acordo nos próximos meses. Ou nos colocamos de acordo ou paramos de falar no acordo, porque depois de 22 anos ninguém acredita mais nele.”²

O Mercosul

O Mercosul, Mercado Comum do Sul, é um bloco econômico e união aduaneira criado em 1991. É formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai como estados membros, com a participação de Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru como estados associados, e a Venezuela como Estado suspenso. Trata-se de um projeto regional de caráter político que segue a tendência mundial de criação de blocos regionais de integração econômica e aproximação política.⁶

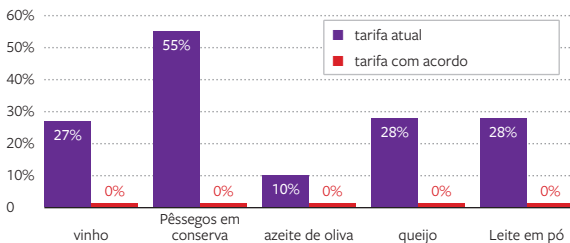
O acordo comercial entre a UE e o Mercosul

Trata-se de um acordo entre dois blocos completamente assimétricos em termos comerciais. Enquanto a UE exporta bens de médio e alto valor tecnológico, o Mercosul exporta principalmente bens primários. O acordo comercial elimina mais de 90% dos direitos aduaneiros sobre as importações provenientes do outro bloco econômico.³ Para alguns dos produtos e setores econômicos (especialmente produtos industrializados e alguns setores alimentares) do Mercosul, essa liberalização será brutal.

A União Europeia

A União Europeia é um bloco econômico e político fundado em 1992. Atualmente, 27 estados europeus pertencem à UE, dos quais 20 fazem parte da união monetária, tendo o euro como moeda principal. A União Europeia tem personalidade jurídica própria. O Conselho Europeu (no qual se reúnem os chefes de governo) e o Parlamento Europeu são os órgãos legislativos que decidem, entre outras coisas, sobre a ratificação de tratados de livre comércio.⁷

Figura 2: Tarifas de importação de alimentos selecionados para o Mercosul – antes e depois do acordo

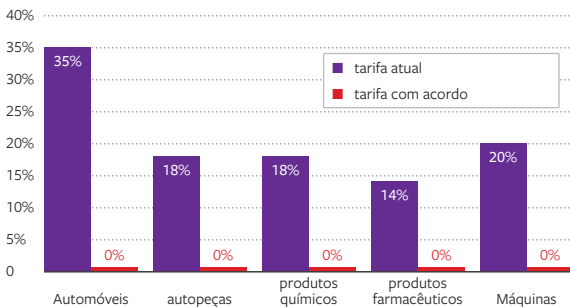


Fonte: Elaboração própria com base na Comissão Europeia, 2022.⁸

Figura 3: Tarifas de importação de produtos manufaturados selecionados para o Mercosul – antes* e depois do acordo**

* Os impostos podem variar entre países, a porcentagem refere-se ao valor máximo.

** Automóveis e autopeças, liberalização completa após 15 anos, produtos químicos, farmacêuticos, máquinas após 10 anos.



Fonte: Elaboração própria com base em Ghiotto, Echaide, 2019.⁹

O resultado: Os produtos regionais estão expostos a uma maior concorrência e correm o risco de ficarem fora do mercado frente à concorrência de produtos europeus de médio e alto valor tecnológico. Isso significa que, por exemplo, os produtos argentinos que atualmente são exportados para o Brasil poderão perder esse mercado e vice-versa.

Da mesma forma, o acordo limita a possibilidade de os países do Mercosul aplicarem retenções na exportação de seus produtos. Isto é especialmente importante para a Argentina, que aplica esse tipo de imposto à exportação, por exemplo, de soja.

A Comissão Europeia calcula que as empresas europeias poupariam 4 bilhões de euros com o acordo, devido à eliminação de tarifas.⁴



Compras públicas

As compras públicas constituem um poderoso instrumento de política pública que permite aos governos direcionar os seus recursos de acordo com objetivos estratégicos que visam o desenvolvimento social, econômico, tecnológico e/ou ambiental, através do poder de compra do estado ou do estabelecimento de normas socialmente mais responsáveis. Essas políticas podem contribuir para a criação de indústrias com maior conteúdo tecnológico, gerando mais e melhores empregos, além de poderem favorecer empresas com melhores níveis de igualdade de gênero.

O capítulo sobre compras públicas do acordo UE-Mercosul prevê o acesso recíproco a licitações públicas para empresas dos dois blocos econômicos. Apesar de um período de carência de até 19 anos para uma abertura em todos os setores acordados, isso pode ter consequências graves para as indústrias do Mercosul. Por um lado, impediria os países do Mercosul de utilizarem mecanismos de incentivo aos setores produtivos e de medidas de compensação. Por outro lado, colocará as empresas do Mercosul em condições inferiores ao terem de competir com corporações europeias em seu território. Ao mesmo tempo que o nível de competitividade, o tamanho e o perfil da indústria do Mercosul são demasiado díspares em relação aos existentes nos países europeus para se beneficiarem da participação nas compras de governos da UE.

O acordo comercial não significará apenas a eliminação de tarifas, mas também:

- 1** Modificará as regras de origem dos produtos que entram no Mercosul. Um exemplo se dá no setor têxtil: o vestuário procedente da UE (que é largamente produzido na Ásia e apenas montado na UE) se beneficiaria de reduções tarifárias.⁵ Isso afeta a indústria têxtil argentina e brasileira
- 2** Obrigará os países do Mercosul a garantir às empresas europeias o acesso às licitações públicas de instituições estatais (ministérios, universidades), por exemplo, para projetos de infraestruturas, no setor da saúde ou mesmo em projetos que desenvolvam novas tecnologias. Isso afeta a soberania e as indústrias locais.
- 3** Procurará endurecer os direitos de propriedade intelectual, por exemplo no âmbito dos medicamentos. Isto afetará a capacidade de compra e garantia de saúde das pessoas e das famílias.



Acordos de livre comércio vs. igualdade de gênero

A partir de experiências com mais de 30 anos de liberalização comercial, sabemos que a abertura da economia através de acordos comerciais não afeta a todos de forma igual. Pessoas discriminadas por sua origem, cor da pele, etnia, classe social e pertencentes aos estratos de renda mais baixos são especialmente afetadas, e as mulheresⁱ e pessoas LGBTQI+ são mais afetadas do que os homens brancos e heterossexuais.¹⁰

Isto acontece por diversas razões:

- 1** Nas estruturas sociais e de poder existentes, as mulheres estão em desvantagem. Têm menos acesso aos recursos econômicos, financeiros e naturais. É mais frequente que tenham empregos precários e ganhem menos que os homens. Ocupam menos frequentemente cargos de responsabilidade e realizam a maior parte do trabalho de cuidados não remunerado. Portanto, as mudanças econômicas que aumentam as desigualdades afetam mais as mulheres.¹¹

i Devido à situação dos dados sem diferenciação de gênero, muitos pontos deste relatório são generalizados, e por isso não falamos especificamente sobre pessoas LGBTQ+. Na medida do possível, diferenciamos.

Comércio e igualdade de gênero – a postura da UE

A UE estabeleceu como objetivo combater a desigualdade de gênero. Em 2020, a Comissão Europeia publicou o terceiro Plano de Ação de Gênero (PAG III), que estabelece a concretização da igualdade de gênero como um dos seus objetivos centrais.¹⁵ De acordo com o Plano de Ação, a política comercial da UE deve promover este objetivo central e os novos acordos comerciais devem incluir disposições firmes sobre a igualdade de gênero. O Parlamento Europeu apoia essa moção:

“O Parlamento da UE pede à UE e aos Estados-Membros para que garantam que as metas dos ODS,ⁱ em particular o Objetivo 5 sobre a Igualdade de Gênero, e o Compromisso Estratégico sobre a Igualdade de Gênero 2016-2019, sejam plenamente refletidos nas políticas comerciais da UE.”¹⁶

—“Cuestiones de igualdad de género en los acuerdos comerciales de la UE”.
Resolução do Parlamento Europeu de 2018, parágrafo 23



Foto: Dušan Cvetanović / Unsplash.com

- 2 A liberalização comercial restringe as receitas públicas. A liberalização comercial é geralmente acompanhada de políticas macroeconômicas liberais e por uma austeridade fiscal. Os cortes nos orçamentos públicos ocorrem geralmente no setor social, no qual as mulheres sofrem mais impactos porque trabalham em maior medida, mas também porque dessas políticas sociais dependem especialmente como cuidadoras.
- 3 Embora os acordos comerciais possam proporcionar acesso a produtos a preços mais baixos, também aumentam a concorrência enfrentada pelos produtores locais. Isso afeta especialmente as pequenas agricultoras que produzem alimentos para o mercado nacional. Por sua vez, as empresas com produtos agrícolas de exportação, que geralmente se beneficiam desses acordos, são geridas majoritariamente por homens.¹²
- 4 Os investimentos que cheguem com o acordo serão orientados para os sectores de interesse dos capitais europeus. Nesse sentido, o aumento dos volumes comerciais e a livre mobilidade dos capitais não só sustentarão como também contribuirão para o aprofundamento do modelo agro-exportador, que cria poucos empregos e de menor qualidade para as mulheres, ao mesmo tempo que desindustrializa a região¹³

5 Os investimentos têm demonstrado uma “atração fatal” pelas desigualdades de gênero. Uma das vantagens oferecidas aos investidores estrangeiros por vários governos de países em desenvolvimento tem sido a disponibilidade de mão de obra barata, especialmente de mulheres, para empresas que produzem bens intensivos em trabalho, como foi o caso da instalação de fábricas de montagem (ou maquiladoras) no México ou a produção de flores na Colômbia.¹⁴

Igualdade de gênero no Mercosul

Desde 1998, o Mercosul vem fortalecendo um espaço de articulação de políticas e ações voltadas ao fortalecimento da igualdade de gênero. A criação do REM – Reunião Especializada da Mulher do Mercosul – posteriormente transformada em RMAAM – Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul – significou uma ampliação das políticas de combate à violência contra as mulheres, de atendimento às mulheres migrantes, de busca pela harmonização das políticas trabalhistas etc. sem entretanto desenvolver indicações importantes para a área comercial. Assim, a incidência do movimento de mulheres no Mercosul tem um papel fundamental para essa incorporação.¹⁷



Foto: Miguel Bruna / Unsplash.com

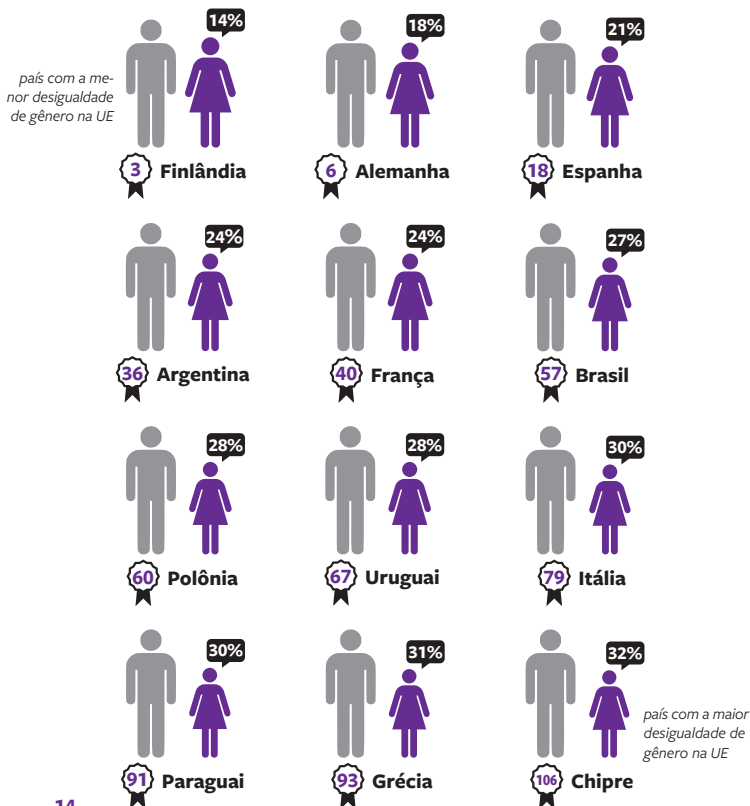
os investimentos
têm demonstrado uma

atração fatal

pelas desigualdades
de género

Figura 4: Desigualdade de gênero persistente no Mercosul e na UE
(países selecionados)

% A porcentagem reflete a brecha que ainda precisa fechar.



Desigualdade de gênero no Mercosul e na UE

O Índice Global de Desigualdade de Gênero publicado anualmente pelo Fórum Econômico Mundial descreve a diferença entre mulheres e homens em termos de participação e oportunidades econômicas e políticas, acesso à educação e boa assistência de saúde.¹⁸ No que diz respeito à eliminação das desigualdades de gênero nesses setores, dos 146 países, os países do Mercosul e da UE (seleção) estão nas posições, conforme mostrado na Figura 4.

Este gráfico deixa claro que as mulheres no Mercosul e na UE continuam em enorme desvantagem em comparação com os homens. Assinar acordos comerciais que não abordem integralmente essas desigualdades existentes e estruturais não deveria ser uma opção, nem para os governos do Mercosul nem para os governos da UE.



Foto: Barbara Lorena Vergara / iStock.com



Foto: Márcio Pannunzio / iStock.com

O Acordo UE-Mercosul e suas consequências para as mulheres¹⁹

Após várias décadas de industrialização, a partir 1980 e 90, o Mercosul começou a trilhar o caminho da desindustrialização. Isso se deveu, em grande parte, ao processo de reestruturação global das cadeias de produção, à pressão para diminuir o custo da mão de obra, e às políticas que deram passe livre às grandes corporações, reduzindo o espaço de controle e tomada de decisões políticas soberanas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil chegou a ter uma indústria responsável por 29% do produto interno bruto (PIB) em 1986. Em 2021 apresentava apenas 11% de participação industrial.²⁰ O acordo UE-Mercosul pode aprofundar ainda mais esta tendência decrescente, desempenhar um papel de freio e até mesmo aprofundar a desindustrialização em curso, com graves impactos no emprego feminino.²¹

Perda de empregos e precarização das condições de trabalho

O acordo comercial reforça a especialização baseada em bens naturais no Mercosul, afetando as atuais tentativas de reindustrialização. Ele causaria então a perda de empregos formais e relativamente bem remunerados no Mercosul, especialmente em vários setores industriais. Só no Brasil, a liberalização das importações da UE poderá afetar cerca de 9% dos postos de trabalho ocupados por mulheres. Em geral, os empregos ameaçados são de melhor qualidade do que aqueles gerados pelas exportações, devido ao fato das importações serem mais sofisticadas que as exportações (principalmente bens agrícolas minerais ou commodities). Ao mesmo tempo, exerceria maior pressão sobre os salários e as condições de trabalho. Um dos setores mais afetados seria...

...O setor do vestuário

$\frac{2}{3}$ da produção de roupas na Argentina é realizada por mulheres, muitas delas imigrantes.

$\frac{2}{3}$ dos empregos nos setores têxtil e de vestuário no Brasil são ocupados por mulheres.

Este setor está entre os mais feminizados da economia. No Mercosul, o setor do vestuário seria um dos mais afetados. Porque:

- Dentro de 10 anos, as tarifas sobre têxteis, calçado e artigos de couro serão completamente eliminadas. Atualmente, estão entre 26% e 35%.²²
- As regras de origem para as importações de têxteis da UE mudariam. Atualmente, para os países do Mercosul, um produto só é considerado “made in UE” se todas as etapas, a partir da produção do tecido, tiverem sido realizadas num país membro da UE. Com o acordo, bastará que os tecidos sejam costurados na UE para que as peças de vestuário possam ser importadas para o Mercosul livres de impostos.

Consequências:

- A indústria têxtil do Mercosul ficaria exposta a uma maior concorrência pois os têxteis europeus seriam vendidos mais baratos. Não só porque não existem tarifas, mas também porque estes têm custos de produção muito baixos, uma vez que boa parte dos têxteis das grandes marcas europeias são manufaturados fora da UE para reduzir custos, embora ainda sejam considerados “made in UE”. Segundo a avaliação do impacto na sustentabilidade, com o acordo, as importações de têxteis da UE aumentarão entre 300% e 400%.²³

- O aumento da concorrência exerce maior pressão sobre os salários já baixos dos trabalhadores do setor têxtil. Ao mesmo tempo, as importações baratas da UE servem como uma espécie de ameaça. “Ou concordamos em ganhar ainda menos ou perdemos nossos empregos.” Isso coloca obstáculos no caminho da organização sindical das mulheres. Na Argentina, a Unión de Trabajadores de la Economía Popular – UTEP – (União de Trabalhadores da Economia Popular) seria diretamente afetada: 86% das pessoas que costuram e que estão inscritas no registro argentino da economia informal (popular) são mulheres.
- Perda de empregos: entre 37.000 e 51.000 mulheres na indústria de vestuário argentina poderão perder seus empregos como resultado do acordo.



Foto: Julie Bayona / Flickr.com

Cortes nos serviços públicos

Devido à eliminação das tarifas, o relatório de sustentabilidade da UE aponta que o acordo causará uma redução nas receitas dos estados do Mercosul. Ao mesmo tempo, menciona a possibilidade de equilibrar esta falta de orçamento através das “retenções” (impostos à exportação). Mas estas também devem ser largamente eliminadas, pelo que é pouco provável que haja qualquer possibilidade de remediar esta perda de fundos fiscais.²⁴ Uma redução do orçamento público implica geralmente em cortes que normalmente são feitos em áreas de serviços públicos e políticas sociais, associadas aos cuidados.²⁵

Argentina: Empregos públicos ameaçados

A maioria dos empregos na administração pública, bem como em outras instituições estatais na Argentina, são ocupados por mulheres. São financiados com receitas do Estado que podem ser limitadas pelo acordo. Como consequência, mais de 2.000 empregos para mulheres e pessoas LGBTQI+ poderão ser perdidos na Argentina.³²





Foto (esq.): R M Carvahlo / iStock.com
Foto (dir.): mrjn Photography / Unsplash.com

Para a Argentina isso pode significar:

- ✖ Redução de até 16,8 milhões de euros apenas nos serviços sociais. Estes são usados principalmente por mulheres das camadas sociais mais baixas. Na Argentina, os auxílios estatais representam até $\frac{2}{3}$ do rendimento total das mulheres afetadas pela pobreza.
- ✖ Falta de fundos para a expansão da rede de águas (residuais). Isto seria especialmente dramático nos bairros pobres. Na Argentina, 88,7% das pessoas que vivem nesses espaços não têm acesso a água potável, e 97,8% não estão conectadas à rede pública de esgoto.



- ✖ Falta de fundos para expandir creches e lares de idosos. Segundo cálculos do Ministério de Investimentos Públicos da Argentina, um investimento de 2% do Produto Interno Bruto no setor de cuidados se traduziria em um aumento de até 6% da participação feminina no mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, poderão ser criados mais de 1,2 milhões de empregos nos setores da educação, da saúde e dos cuidados.





No caso do Brasil isso pode significar:

- ✖ Falta de recursos para ampliar o sistema de saneamento e a rede de água: Segundo dados do IBGE de 2016, 1 em cada 7 mulheres não recebe água tratada e 1 em cada 4 brasileiras vive em casas cujo sistema de saneamento não é adequado. No caso das mulheres rurais, a situação é ainda pior. Apenas 37,4% têm acesso à rede geral de distribuição de água, o que significa que também são afetadas pela contaminação dos rios. O mesmo acontece com as populações dos bairros mais precários e empobrecidos.

Foto (esq.): Alice Claudino / iStock.com
Foto (cent.): Joel Santana / Pixabay.com



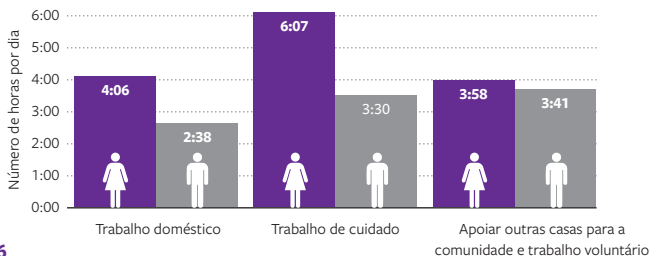
- ✖ Falta de recursos para construir uma Política Nacional de Cuidados. Entendemos a política de cuidados como parte dos processos de desenvolvimento e de igualdade de gênero. Já a política de austeridade denominada “teto de gastos” (EC 95/2016), votada pelo parlamento brasileiro em 2016 após o golpe contra a presidente Dilma Rousseff, comprometeu o investimento público em infraestrutura, uma vez que congelou gastos flexíveis (ou não – obrigatórios) por 20 anos. Embora tenha sido negociada uma solução para essas restrições, as pressões pelo equilíbrio fiscal continuam e podem ainda dificultar a possibilidade de construção de uma Política Nacional de Cuidados, condicionando as possibilidades de redução das desigualdades sociais, especialmente as de gênero e raça/etnia.²⁶

Mais trabalho doméstico e de cuidados em piores condições

As mulheres realizam mais trabalho doméstico e de cuidados não remunerado do que os homens. Cuidam dos filhos, dos familiares idosos, dos doentes ou com cuidados específicos e do lar, sendo afetadas pela pobreza monetária e pela pobreza de tempo, que afeta o estado de pobreza geral.

Devido à pobreza de tempo que as mulheres sofrem, elas estão menos disponíveis para obter empregos formais a tempo completo. Na verdade, a taxa de participação feminina no emprego em todos os países do Mercosul é pelo menos 20 pontos inferior à dos homens. Também têm menos tempo para formação e atualização profissional, para participação

Figura 5: Número de horas diárias dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, Argentina 2021



na vida política, na vida pública e para o autocuidado e cuidado com a sua própria saúde física e mental, com seu lazer etc).

O acordo UE-Mercosul não mudaria esta situação de desigualdade na distribuição do tempo de cuidado; na verdade, poderia até piora-la dado que:

→ As políticas de ajuste fiscal que podem resultar de menos recursos estatais podem provocar uma redução na oferta de serviços públicos, especialmente ligados às políticas de cuidados, e gerar uma carga adicional de trabalho doméstico e de cuidados para as mulheres.

→ A perda de empregos poderá levar as mulheres a realizar mais trabalhos não remunerados, reduzindo sua independência financeira e autonomia.

Figura 6: Número de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, Brasil, 2022ⁱ



i Deve-se notar que o Brasil não possui uma Pesquisa de Uso do Tempo, mas inclui perguntas gerais sobre trabalho doméstico e de cuidado não remunerado na seção especial “outras formas de trabalho” da pesquisa domiciliar da PNADC

Pouca menção à igualdade de gênero

As questões de igualdade de gênero praticamente não são abordadas na parte comercial do acordo UE-Mercosul, exceto por duas pequenas observações no capítulo da sustentabilidade. Ao contrário dos acordos comerciais entre a UE e o Chile, e entre a UE e a Nova Zelândia, este acordo não contém uma seção ou capítulo específico sobre a igualdade de gênero. Embora estes também fossem insuficientes para abordar a desigualdade de gênero, a falta desta menção mostra quão pouca importância é dada a esta questão no âmbito do acordo. O próprio estudo de avaliação de impacto sobre a sustentabilidade realizado pela própria UE aponta para um aprofundamento da desigualdade de gênero:

“Embora ambos os gêneros se beneficiem do acordo, existe o risco de as desigualdades entre homens e mulheres serem aprofundadas, uma vez que se espera que os homens se beneficiem desproporcionalmente do acordo.”³⁵



Foto: Allen Possamay

Abastecimento de alimentos e ameaça à soberania alimentar

Nos últimos anos, a capacidade de alimentar a população do Mercosul com produtos de boa qualidade a preços acessíveis diminuiu. Isso se deve em parte à diminuição da agricultura familiar e de subsistência gerada pela pressão expansionista sobre os territórios que gera uma agricultura de exportação, e não mais para consumo interno.²⁷

Como consequência do acordo UE-Mercosul, é provável que os preços dos alimentos fiquem desequilibrados, e que a insegurança alimentar da população do Mercosul se agrave, pois:

- A abertura do mercado europeu aos produtos agrícolas do Mercosul, que provoca um aumento das exportações deste, incluindo os alimentos, reduz os saldos disponíveis para consumo e gera fortes pressões sobre seus preços internos.
- A expansão da fronteira agrícola pelo agronegócio para favorecer exportadores de soja, milho, carne e alguns outros poucos produtos de exportação avança sobre as terras da agricultura familiar, maior produtora de alimentos frescos para consumo local.

⚠ O aumento dos preços dos alimentos reduziria os padrões de vida e aumentaria a insegurança alimentar. Dado que as mulheres são mais responsáveis pela compra e preparação dos alimentos, seriam as mais afetadas por essas repercussões.

- O aumento da concorrência com alimentos europeus fortemente subsidiados, juntamente com as reduções tarifárias, provoca um deslocamento dos produtores locais e de pequenas agroindústrias caseiras e associações cooperativas, especialmente lideradas por mulheres. Recentemente vimos o caso do leite, sendo substituída por leite em pó reidratada, como se vem prejudicando as produções locais.
- O capítulo de compras governamentais pode afetar programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que apoia a agricultura familiar e a agroecologia com compras públicas de alimentos para escolas, hospitais e outros espaços públicos. As agriculturas de pequena escala do Mercosul teriam maior dificuldade em fornecer alimentos em quantidade e preço, em comparação com a agricultura subsidiada pela PAC – Política Agrícola Comum da UE.²⁸

⚠ Ao trabalhar menos no agronegócio agroexportador e mais na agricultura familiar que produz para consumo interno, as mulheres seriam mais afetadas pelo deslocamento da produção local.²⁹ Assim, o acordo não só poria em perigo seus empregos e meios de subsistência, mas enfraqueceria ainda mais a soberania alimentar dos países do Mercosul.³⁰

⚠ Somado a esses efeitos, “a liberalização agrícola tem promovido intensos fluxos migratórios para as periferias urbanas e para os países industrializados, em resultado da desorganização da produção familiar e de subsistência, que afetaram especialmente as mulheres, tanto em seus locais de origem como nas áreas e países de destino”. Trata-se de movimentos migratórios cada vez mais conflituosos, geralmente dirigidos aos grandes centros urbanos, que tendem a aprofundar a pobreza nas cidades, colocando as mulheres numa situação de maior vulnerabilidade enquanto responsáveis pela gestão cotidiana da subsistência familiar.³¹

Vale ressaltar que a abertura às importações de alimentos industrializados e ultraprocessados da UE impactará negativamente na saúde das populações e na manutenção dos hábitos alimentares enquanto identidade e patrimônio cultural.

Agricultura familiar no Brasil

Segundo o Censo Agropecuário Brasileiro, 77,1% dos estabelecimentos rurais do país são de agricultura familiar. Isso representa quase 70% dos alimentos consumidos (verduras, hortaliças, frutas, leite, ovos etc.) atualmente no Brasil. Em 2017, os estabelecimentos de agricultura familiar administrados por mulheres no Brasil representavam 19,7% do total, número que mostra a escassa titularidade da terra, e ao mesmo tempo esconde o papel central das mulheres na produção das hortas e na criação de pequenos animais que abastecem as feiras locais. As pequenas agricultoras, em sua maioria mulheres negras (que representam 62% do total de estabelecimentos da agricultura familiar administrados por mulheres), são responsáveis pelo abastecimento alimentar diário da população e de seus territórios.

Degradação ambiental e suas consequências para as mulheres

Uma das principais críticas ao Acordo UE-Mercosul é o seu impacto no ambiente: desmatamento de florestas nativas (por exemplo, a floresta amazônica e as florestas da Patagônia), contaminação dos solos e das águas subterrâneas devido ao aumento da utilização de pesticidas, perda de biodiversidade etc. O documento complementar proposto pela Comissão Europeia para melhorar a proteção das florestas e do clima também não mudaria esta situação.³⁶

As consequências socioambientais descritas impactam a vida das mulheres nos países do Mercosul porque:

- Sua saúde será afetada. Em cidades e vilas próximas a campos fumigados com glifosato e outros pesticidas, a incidência de câncer, doenças de pele e pulmonares, bem como o nascimento de crianças com malformações é muito maior do que a média nacional.³⁷ Da mesma forma, nas regiões especialmente afetadas pelos pesticidas, a taxa de abortos espontâneos é muito superior à média nacional. Na Argentina, por exemplo, é três vezes superior à média nacional.³⁸ O acordo agravaria esta situação ao reduzir as tarifas sobre pesticidas e expandir as plantações de monoculturas, dependentes de pesticidas, com as consequências correspondentes para as mulheres em

seu papel de corpos gestantes e cuidadoras. No Brasil, os efeitos da fumigação aérea e localizada foram amplamente divulgados em diversas edições do “Atlas dos Agrotóxicos”. A situação de intoxicações e outros efeitos para a saúde é muito grave, mas continua a ser aprovada legislação permissiva. Segundo um advogado popular que acompanha alguns casos no Rio Grande do Sul: “Estamos sendo envenenados. Esses venenos são produzidos por empresas, muitas delas europeias.”³⁹ Na verdade, a UE proibiu o consumo de pesticidas no seu território, mas não o seu fabrico, e continua a exportá-los para o Mercosul e outros países. “Populações condenadas por decisões em continentes distantes”⁴⁰

- A expansão das monoculturas, do desmatamento etc. provocam o deslocamento das populações locais, muitas vezes pequenos agricultores e povos indígenas. Isto implica uma perda material, cultural, simbólica e espiritual para os povos originários desses territórios, cuja proteção é confiada principalmente às mulheres dessas comunidades.⁴¹ Além disso, essas mulheres, privadas de seus meios de subsistência, apenas encontram empregos muito mal remunerados e em condições de trabalho precárias, por exemplo como pessoal de limpeza.

→ As mulheres frequentemente estão na linha da frente dos conflitos em defesa dos bens comuns e do ambiente.⁴² O feminismo, neste século, tem caminhado na perspectiva ecofeminista, incluindo uma visão crítica do distanciamento entre a Natureza e a Cultura, a perspectiva do corpo-território e um forte confronto com a noção de progresso.⁴³ Nessa perspectiva do corpo indissociável do território e como expressa Sônia Guajajara, atual Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, “o progresso tem a morte como parâmetro. Quer se trate da morte de territórios, de corpos, da biodiversidade ou do ambiente, o progresso sempre foi pensado como sinónimo de destruição.”⁴⁴ Essas reflexões nos aproximam das evidências da participação feminina na vanguarda dos conflitos ambientais e também da necessidade de pensar em acordos comerciais vinculados às suas implicações na expansão das monoculturas, no desmatamento, na mineração predatória, na invasão de territórios indígenas, enfim a ausência de uma perspectiva de sustentabilidade e cuidado com a vida.





Igualdade de gênero? Não com o acordo UE-Mercosul

O acordo UE-Mercosul afetará as mulheres e as pessoas LGBTQI+ desmedidamente, e ainda mais aquelas que já se encontram numa situação de vida precária.

Se o acordo for assinado, nos quatro países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), o que a maioria das mulheres poderá esperar será precarização, perda de emprego e pobreza.⁴⁵

Portanto, exigimos que...

- 1** ...o acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul, na sua forma atual, não seja assinado.
- 2** ...em futuros acordos comerciais e/ou de cooperação, seja realizada uma avaliação prévia do impacto ambiental e de gênero que não só leve em conta apenas a participação laboral, mas também a abrangência dos fatores relacionados que afetam a igualdade de gênero.
- 3** ...as implicações para as mulheres, as pessoas LGBTQI+, as pessoas racializadas e marginalizadas sejam aspectos transversais a qualquer capítulo dos acordos futuros. Um único capítulo que possa estar em contradição com outras disposições do acordo não serve este propósito.
- 4** ...áreas essenciais para superar a desigualdade entre homens e mulheres sejam excluídas dos acordos comerciais, tais como os serviços públicos, a produção e o fornecimento de alimentos e medicamentos.

Ao mesmo tempo, é necessário que o Mercosul avance:

- 1** Rumo a uma consolidação da integração regional e ao fortalecimento da institucionalidade do bloco com aprofundamento democrático, econômico, social, ambiental e cultural.
- 2** No fortalecimento de políticas com perspectiva de gênero e implementação de políticas de cuidado e serviços públicos essenciais acessíveis e de boa qualidade (água, luz, gás, transportes, etc) que coloquem a vida no centro.
- 3** Rumo à reversão do modelo primário exportador, ao mesmo tempo em que são implementadas políticas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas.
- 4** Rumo à soberania alimentar com produção local e regional de alimentos agroecológicos e ao fortalecimento da agricultura camponesa com reforma agrária, apoio financeiro e técnico, e com ênfase na inclusão das mulheres.
- 5** Rumo a uma industrialização sustentável e inovadora, criando empregos de qualidade, utilizando o instrumento de compras governamentais com as pequenas e médias empresas.

- 6** No fortalecimento dos direitos trabalhistas e das condições de trabalho das mulheres e das pessoas LGBTQI+, especialmente aquelas que se encontram na informalidade, revertendo a precarização do emprego.
- 7** No respeito à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a consulta prévia, livre e informada, os estados precisam ampliar sua responsabilidade e respeitar os modos de vida indígenas, quilombolas, ribeirinhos e à diversidade cultural marginalizada nos territórios.

Em suma, as políticas comerciais, e em particular o acordo UE-Mercosul, trarão grandes impactos para a vida das mulheres e da população LGBTQI+. Por esta razão, os movimentos de mulheres e feministas temos que nos fortalecer com argumentos sólidos para incidir sobre os Estados e seu papel enquanto implementadores de políticas públicas que podem transformar as desigualdades e, entre elas, especificamente as de gênero. Precisamos mudar as características coloniais deste acordo para avançarmos no sentido da superação do modelo agroexportador e desindustrializante e rumo a um modo de vida sustentável e igualitário, buscando o bem-estar das populações em seus corpos e territórios.

Fontes bibliográficas

- 1 Growth of Global Exports. Our World in Data, 2016. <https://ourworldindata.org/grapher/world-trade-exports-constant-prices> (letzter Zugriff 5.10.2023).
- 2 Mercosur splits dampen EU outlook for trade deal as window narrows. Anthony Boadle, Philip Blinksinsop, Reuters, 12/09/2023. <https://www.reuters.com/world/mercosur-splits-dampen-eu-outlook-trade-deal-window-narrows-2023-09-12/>
- 3 The agreement in Principle. Comisión Europea, 01.07.2019. <https://circabc.europa.eu/ui/group/09242a36-a438-40fd-a7af-fe32e36cbdoe/library/5896ba4d-bo83-485d-a8d2-62b50264c3b3/details>
- 4 EU and Mercosur reach agreement on trade*. Comisión Europea, 2019. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_19_3396
- 5 Ghiotto, Echaide, 2019.
- 6 Página Oficial do Mercosul. <https://www.mercosur.int/>
- 7 Site oficial da União Europeia. https://european-union.europa.eu/index_es
- 8 EU-Mercosur Trade Agreement – Creating opportunities while respecting the interests of European Farmers.pdf. Comissão Europeia, 24/05/2022. <https://circabc.europa.eu/ui/group/09242a36-a438-40fd-a7af-fe32e36cbdoe/library/f9843e32-f618-4239-9b3e-6f34bac4f72b/details>
- 9 Study: Analysis of the agreement between the European Union and the Mercosur. Dr. Ghiotto, Luciana; Dr. Echaide, Javier, publicado por The Greens/EFA, PowerShift, Dezembro 2020. <https://power-shift.de/wp-content/uploads/2020/10/Final-REPORT-EU-Mercosur-26.10.2020.pdf>
- 10 DELIVERING ON THE BUENOS AIRES DECLARATION - ON TRADE AND WOMEN'S ECONOMIC EMPOWERMENT. International Trade Centre, 2020. https://www.wto.org/english/tratop_e/womenandtrade_e/tig_rpt_dec20_e.pdf
- 11 Gender impact of Interregional trade: the case of EU-Mercosur relations. Carolina Pavese, Latin American Journal of Trade Policy 11, Universidad de Chile, 2021. https://www.academia.edu/74245207/Gender_impact_of_Interregional_trade_the_case_of_EU_Mercosur_relations
- 12 Gender Equality and Trade Policy. Frohmann, A., World Trade Institute Working Paper n. 24, 2017. https://www.wti.org/media/filer_public/8b/a8/8ba88d03-1a2b-4311-af6a-629d9997c54c/working_paper_no_24_2017_frohmann.pdf
- 13 Espino, Alma. “Apertura externa, transformaciones macroeconómicas y relaciones de género en los noventa” IGTN - CIEDUR. Uruguay. 2002
- 14 RODRIGUEZ, G. “Una relación conflictiva”, Buenos Aires: NUSO n° 218. Nov/ Dic 2008. <https://biblat.unam.mx/hevila/Nuevasociedad/2008/no218/11.pdf>
- 15 JOINT COMMUNICATION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT AND THE COUNCIL. EU GENDER ACTION PLAN (GAP) III – AN AMBITIOUS AGENDA FOR GENDER EQUALITY AND WOMEN'S EMPOWERMENT IN EU EXTERNAL ACTION. Comisión Europea, 25/11/2020. https://international-partnerships.ec.europa.eu/system/files/2021-01/join-2020-17-final_en.pdf
- 16 European Parliament resolution of 13 March 2018 on gender equality in EU trade agreements. Parlamento Europeo, 13/03/2018. https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2018-0066_EN.html

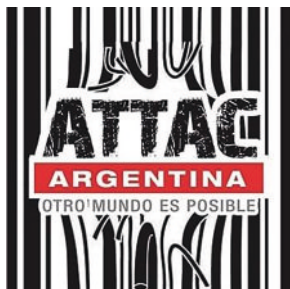
- 17 Rodríguez, G; Tavares, V. “Entendendo o Mercosul na perspectiva das mulheres”. I. EQUIT e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - Brasil. Rio de Janeiro, 2006
<https://www.equit.org.br/novo/?p=389>
- 18 Global Gender Gap Report 2023. Foro Económico Mundial, Junho 2023.
https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2023.pdf
- 19 Salvo haja indicação contrária, as informações nos capítulos seguintes se baseiam nos seguintes estudos:
 - a) “Impactos del acuerdo UE-Mercosur en la vida de las mujeres en el Mercosur”, Agustina Costantini, Pato Latera, María José Elioso, Novembro 2023.
<https://argentinaintlc.org/2023/10/18/nuevo-informe/>
 - b) “Padrões de comércio internacional – gênero, cadeias produtivas e agricultura familiar”. Rubia C. Wagner, Novembro 2023. <https://rebrip.org/publicacoes/padroes-de-comercio-internacional-genero-cadeias-produtivas-e-agricultura-familiar/>
 - c) Emprego brasileiro associado ao comércio bilateral entre Brasil e União Europeia (UE) em 2019. Kethelyn Ferreira, Marta Castilho, Novembro 2023.
<https://rebrip.org/publicacoes/emprego-brasileiro-associado-ao-comercio-bilateral-entre-brasil-e-uniao-europeia-ue-em-2019/>
 - d) Liberalização das compras governamentais no âmbito do acordo Mercosul-UE: enfraquecimento de instrumento de política pública e de ferramenta para promoção de equidade de gênero. Kethelyn Ferreira, Marta Castilho, Novembro 2023.
<https://rebrip.org/publicacoes/liberalizacao-das-compras-governamentais-no-ambito-do-acordo-mercopol-ue-enfraquecimento-de-instrumento-de-politica-publica-e-de-ferramenta-para-promocao-de-equidade-de-genero/>
 - e) “TLC EU-MCS e a vida das mulheres”. Margarita Olivera, Isabela Callegari. Novembro 2023.
<https://rebrip.org/publicacoes/tlc-ue-mcs-e-a-vida-das-mulheres/>

Os estudos estão compilados no relatório Impactos do Acordo Mercosul-União Europeia sobre as mulheres: precarização, perda de emprego, pobreza, publicado pela REBRI, ATTAC Argentina e PowerShift eV, novembro de 2023. Disponível online aqui: <https://americasintlc.org/>
- 20 Se a indústria vai mal o Brasil não cresce. Paulo Morceiro, Valor Adicionado, março de 2020. Participação da indústria de transformação no PIB – Blog valoradicionado.wordpress.com
- 21 Castilho, M. Ferreira, K. “Impactos do Acordo UE/ Mercosul sobre o emprego feminino no Brasil”. IEQUIT/ REBRI. 2021. <https://rebrip.org/wp-content/uploads/2022/06/paper-5-port.pdf>
- 22 Ghiotto e Echaide, op. cit.
- 23 Sustainability Impact Assessment in Support of the Association Agreement Negotiations between the European Union and Mercosur. The London School of Economics, publicado pela Comissão Europeia, 12/2020. <https://www.lse.ac.uk/business/consulting/reports/sia-in-support-of-the-association-agreement-negotiations-between-the-eu-and-mercopol>
- 24 Sustainable Impact Assessment of the EU-Mercosur-Agreement, p. 35.
- 25 Gênero no Projeto 2023. Camila Barón e outros, publicado por Cerrando Brechas, outubro de 2022. http://acij.org.ar/wp-content/uploads/2022/11/Genero_-Semana_Presupuesto-y-Derechos_-2022-3-1.pdf

Organización del cuidado en la economía popular. El trabajo sociocomunitario y su vinculación con políticas públicas en el Área Metropolitana de Buenos Aires, Argentina. Campana y Rossi Lashayas, publicado por OGYPP y FES, 2022.
<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/argentinien/2019.pdf>

- 26 Rodríguez, G “Los Tratados de comercio (TLCs) y las políticas de cuidado” in Sanchís, N y Bergel Varela, J. “La vida en el centro: desafíos hacia sociedades de cuidado”. Asoc. Lola Mora y RGYC. Buenos Aires. 2023
- 27 El Mercosur agrario: ¿integración para quién? (Dossier) = Agrarian Mercosur: Integration for Whom?. Costantino, Agostina y Cantamutto, Francisco, En: Iconos: Revista de Ciencias Sociales. Escenarios políticos y regionalismo en América Latina, Septiembre 2010, pp. 67-80. ISSN: 1390-1249. <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/2578/7/RFLACSO-138-07-Costantino.pdf>
- 28 Capítulo das compras governamentais do acordo Mercosul-UE e seus possíveis impactos para o Mercosul. Marta Castilho, 2023. <https://rebriop.org/publicacoes/liberalizacao-das-compras-governamentais-no-ambito-do-acordo-mercossul-ue-enfraquecimento-de-instrumento-de-politica-publica-e-de-ferramenta-para-promocao-de-equidade-de-genero/>
- 29 Gender Equality and Trade Policy. Frohmann, A., En: World Trade Institute Working Paper n. 24., 2017, https://www.wti.org/media/filer_public/8b/a8/8ba88d03-1a2b-4311-af6a-629d9997c54c/working_paper_no_24_2017_frohmann.pdf
- 30 Dados dos Censos Agropecuários de cada um dos países do bloco, organizados pela REAF – Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul –, indicam que a agricultura familiar inclui: 13,7 milhões de pessoas ocupadas em 4,4 milhões de estabelecimentos agropecuários em apenas 20,1% da área cultivada. Nacionalmente, o Brasil é o país onde a participação da agricultura familiar é maior: 88% dos estabelecimentos e 86% das pessoas ocupadas.
- 31 RODRIGUEZ, G. “Una relación conflictiva”, Buenos Aires: NUSO nº 218. Nov/ Dic 2008. (Pág 148- 162) <https://biblat.unam.mx/hevila/Nuevasociedad/2008/no218/11.pdf>
- 32 Na Argentina existe a Lei nº 27.636 sobre Promoção do Acesso ao Emprego Formal para Pessoas Travestis, Transsexuais e Transgênero, que promove medidas de ação positiva destinadas a alcançar a inclusão trabalhista de travestis, transsexuais e pessoas transgênero. O Setor Público Nacional tem a obrigação de contratar pelo menos uma cota mínima de 1% da sua folha salarial. <https://www.argentina.gob.ar/generos/cupo-laboral-travesti-trans>. Contudo, se o espaço fiscal for limitado, medidas como estas seriam seriamente afetadas.
- 33 Encuesta Nacional de Uso de Tiempo – Resultados Definitivos, INDEC, 2022.
- 34 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. IGBE, 2022.
- 35 Sustainable Impact Assessment of the EU-Mercosur-Agreement, p.173
- 36 Zusatzserklärung schützt nicht vor Regenwaldzerstörung. Rechtsgutachten im Auftrag des Umweltinstitut Münchens. Prof. Dr. Christina Eckes, Dr. Roda Verheyen, Abril 2023. <https://umweltinstitut.org/welt-und-handel/meldungen/zusatzserklaerung-schuetzt-nicht-vor-regenwaldzerstoerung/>
- 37 Atlas del Agronegocio transgénico en el Cono Sur. Acción por la Biodiversidad, Mayo 2020. <https://www.biodiversidadla.org/Atlas>
- 38 Exposición ambiental a glifosato e impactos en la salud reproductiva en población agrícola de Argentina. Red Universitaria de Ambiente y Salud, Marzo 2018. <https://reduas.com.ar/exposicion-ambiental-a-glifosato-e-impactos-en-la-salud-reproductiva-en-poblacion-agricola-de-argentina/>
- 39 <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/21/a-questao-dos-agrotoxicos-no-brasil>
- 40 Bombardi, Larissa Mies – Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia / São Paulo: FFLCH - USP, 2017. ISBN:978-85-7506-310-1

- 41 Mujeres en defensa de territorios. Reflexiones feministas frente al extractivismo. Erpel (comp.), publicado por Fundación Heinrich Böll, 2019. https://cl.boell.org/sites/default/files/mujeres_defensa_territorios_web.pdf
- 42 Revisitando los efectos del libre comercio a la luz del Acuerdo UE-MERCOSUR: Una mirada desde el medio ambiente y las mujeres. Costantino, Laterra y Elioso Ferrero, En: Treacy (Coord.) "Los eventuales impactos del acuerdo entre el MERCOSUR y la Unión Europea". Publicado por Fundación Friedrich Ebert, 2022. <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/argentinien/20359.pdf>
- 43 Rodríguez, G. "Ecofeminismo: Superando a dicotomia natureza/cultura .En "As Mulheres na Rio+20: diversas visões contribuindo ao debate" Publicado por I. EQUIT 2013 <https://www.equit.org.br/novo/?p=1204>
- 44 "Conversas Latino- americanas - Ciclo de Debates Feministas. Sonia Guajajara e Silvia Federici em "Corpos e Territórios: novas fronteiras extrativas do capital na América Latina" Publicado por I. EQUIT. 2021 E-book Conversas Latino-Americanas : Instituto Equit
- 45 Rodríguez, Graciela. "Impactos sociais e mais.." in "Acordo Mercosul- União Europeia: Análise de impactos setoriais no Brasil" <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16439.pdf>



O ATTAC Argentina faz parte da rede internacional do movimento ATTAC, crítico em relação à globalização. O ATTAC realiza trabalhos educacionais sobre acordos comerciais e o regime de comércio internacional, dívida e transformação socioecológica e econômica. Para isso, o ATTAC trabalha em redes com organizações e movimentos, especialmente movimentos sindicais, feministas e ambientais. O ATTAC Argentina está comprometido com um mundo justo, orientado para as necessidades das pessoas e do meio ambiente, no qual as desigualdades internacionais deixem de existir.

attac-argentina.com



O Instituto Equit é uma organização com perspectiva ecofeminista, com mais de 20 anos de atuação, voltada aos temas macroeconômicos e à investigação de políticas públicas com foco na igualdade de gênero e o fortalecimento da organização das mulheres.

equit.org.br

Power *Shift*

PowerShift – Associação para uma Economia Mundial e de Energia Ecológica e Solidária. Nosso objetivo é uma economia mundial ecológica e socialmente mais justa. Para atingir esse objetivo, usamos nossa experiência em comércio, matérias-primas e política climática: Com uma pesquisa abrangente, analisamos os processos políticos e identificamos os problemas de um sistema econômico global injusto e desenvolvemos cursos de ação alternativos. Para atingir nossos objetivos, formulamos demandas políticas, realizamos trabalho informativo e educacional e forjamos fortes alianças – com outras organizações, organizações, movimentos sociais e cidadãos.

power-shift.de



A REBRIP – Rede Brasileira Pela Integração dos Povos – acompanha e incide sobre a política externa brasileira desde 2001. É um coletivo integrado por entidades sindicais e associações profissionais, movimentos sociais, camponeses, de mulheres, ambientalistas e ONGs autônomas e pluralistas, que busca influenciar as negociações de comércio internacional e os processos de integração regional. Estão comprometidos com a construção de uma sociedade democrática pautada no desenvolvimento ético, justo e ambientalmente sustentável, atuando sempre em articulação com redes latino americanas e globais.

rebrip.org

Nesta edição, você descobrirá:

- ★ Como e por que o Acordo UE-Mercosul exacerba as desigualdades entre homens e mulheres.
- ★ Lacunas orçamentárias no Mercosul, causando dificuldades específicas para as mulheres.
- ★ Meio ambiente envenenado, mulheres pequenas proprietárias sem terra e trabalhadores demitidos.
- ★ Mulheres sul-americanas combativas que fazem campanha por um comércio mundial justo.
- ★ ...E muito mais!

Em cooperação com...



Agradecemos pelo apoio



mit Mitteln des
Kirchlichen
Entwicklungsdienstes



rebrip

Rede brasileira
para integração
dos povos

PowerShift
power-shift.de